

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA DIURNO**

Almeri Moura Pereira

**INCLUSÃO DE SURDOS NA UFSM: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES
DO PPGE-CE-UFSM DE 2010 A 2015**

Santa Maria, RS.
2018

Almeri Moura Pereira

**INCLUSÃO DE SURDOS NA UFSM: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES
DO PPGE-CE-UFSM DE 2010 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia Licenciatura Plena Diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciatura em Pedagogia**.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Guacira de Azambuja

Santa Maria, RS
2018

Almeri Moura Pereira

**INCLUSÃO DE SURDOS NA UFSM: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES
DO PPGE-CE-UFSM DE 2010 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia
Licenciatura Plena diurno da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
título de **Licenciatura em Pedagogia**.

Aprovado em

Guacira de Azambuja, Dra (UFSM)
Presidente/Orientadora

Prof. Paulo Ricardo Tavares da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

Às minhas filhas, netas e neto; à minha orientadora, à Direção e Coordenação do Curso, aos meus professores e colegas, aos meus amigos da minha cidade de Sobradinho; funcionários da REITORIA, PRAE, SATIE, CEU II, RU, BIBLIOTECAS, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me e alicerçando-me nos momentos difíceis, que, aliás, foram todos! E nunca mediram esforços para que eu fosse a busca desse sonho tão lindo, que em muitos momentos parecia ser impossível realizar.

O apoio e incentivo de todos foram minha grande inspiração e motivo para não desistir.

AGRADECIMENTOS

Este estudo pode ser realizado porque pude contar com a ajuda e paciência de pessoas que compreenderam e valorizaram meu esforço em cumprir com as exigências que o curso requer.

Primeiramente agradeço a Deus por me dar saúde, coragem e vida, e colocar pessoas no meu caminho para me incentivar nos momentos em que eu pensava em desistir, por me falta objetivos, perspectiva de um futuro promissor depois da formação; devido a minha idade, pois, no momento da realização deste trabalho estava com 70 anos completos.

As minhas filhas, Gladis Elena e Grasiela Aparecida, as minhas netas Luiza e Sofia, ao meu neto Danton, a minha orientadora Prof. Dra..Guacira de Azambuja, que aceitou meu pedido para caminhar comigo nessa jornada de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ajudando-me, tanto no lado profissional como no afetivo quando eu me sentia fragilizada, nos momentos que parecia que eu não ia conseguir, ela dizia vai dar certo, abraçando-me e chorando comigo. Tendo paciência, coragem e determinação, dando-me oportunidades de descobrir o fascinante mundo da pesquisa. Renovando minhas esperanças e confiando em mim.

A Banca na pessoa do prof. Dr. Paulo Ricardo Tavares da Silveira ao qual tenho grande estima e admiração, a diretora e vice, a coordenadora e secretária e todos os professores (as) do Curso de Pedagogia Licenciatura Plena Diuno, bem como as direções e alunos das escolas onde fomos fazer observação, inserção e estágio, que tão gentilmente, abriram as portas dos Estabelecimentos de Ensino para nos receber.

A minha companheira de apartamento Jéssica, que foi testemunha da minha dedicação, a minha amiga Pâmela que, mesmo distante, sempre me incentivou a continuar, a Márcia, vizinha de apartamento, que me consolava quando eu me sentia só, com saudade dos familiares.

A essa Instituição de Ensino, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que pensando no acolhimento da diversidade de alunos que aqui chegam buscando conhecimentos, é dada oportunidades iguais para todos, reconhecendo que somos iguais perante a Lei e que estudar é um direito de todos.

Assim sendo, foi possível realizar esse sonho.

A todas as pessoas envolvidas diretas ou indiretamente, desde a Reitoria, Assistente Social, Psicóloga, a Associação dos Trabalhadores UFSM, bolsistas da casa do estudante. Enfim, desde os assistentes do vestibular, recepcionistas, servidores federais e funcionários da Sulclean, assistência ao estudante, pessoal da limpeza, guardas, motoristas e cobradores dos ônibus, também pessoas anônimas que apareceram no meu caminho, desde o portal da entrada da Universidade, até a Reitoria. Os meus agradecimentos por terem sido pecinhas nesse lindo mural da minha vida, que é a formação acadêmica em Pedagogia Licenciatura Plena.

RESUMO

INCLUSÃO DE SURDOS NA UFSM: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO PPGE-CE-UFSM DE 2010 A 2015

AUTORA: Almeri Moura Pereira

ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. Guacira de Azambuja

Este estudo é voltado a conhecer sobre inclusão de surdos na UFSM: Análise das produções do PPGE-CE-UFSM de 2010 a 2015 Buscando com essa temática de inclusão perceber os aspectos positivos e negativos, bem como identificar elementos que tenham contribuído para o acesso e permanência dos sujeitos surdos em ambientes escolares inclusivos. Com o uso do método bibliográfico realizou-se a coleta de dados no acervo digital da Biblioteca Central da UFSM, em Teses e Dissertações no período entre 2010 a 2015 a partir de descritores relacionados ao tema abordado e combinados aleatoriamente. Três foram as produções que melhor atenderam a problemática e que aqui foram denominadas de A2013; B2014; C2014. Como resultados de pesquisa aponta-se: a ênfase atribuída à importância da inclusão de alunos com deficiência em escolas comuns; que as Políticas Públicas estão voltadas ao atendimento educacional da inclusão dos sujeitos surdos; que as estratégias e ferramentas usadas pelo Estado, como o AEE, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o Núcleo de Acessibilidade, acessibilidade por meio da existência de intérprete/tradutor bem como de programas e Leis. Também ficou evidenciada a possibilidade de ingresso e permanência do surdo no Ensino Superior por meio da Língua LIBRAS e da valorização da cultura surda apresentando a UFSM como um lugar de acolhimento e destaque para a inclusão escolar. Conclui-se que houve um avanço na inclusão dos surdos, pois são incluídos em Escolas Públicas e possuem direito a Tradutor/intérprete nas salas de aula.

Palavras chave: Inclusão Escolar. Surdez. Legislação. UFSM.

ABSTRACT

INCLUSION OF DEAF PEOPLE AT UFSM: ANALYSIS OF THE PRODUCTIONS OF PPGE-CE-UFSM FROM 2010 TO 2015

AUTHOR: Almeri Moura Pereira
ADVISOR: Guacira de Azambuja

The purpose of the present work is to know about the inclusion of deaf people at UFSM, analyzing the productions of PPGE-CE-UFSM between the years of 2010 to 2015. The theme inclusion is used to figure out its positives and negatives aspects and identify factors able to contribute for the access and permanence of these people in these inclusive scholar environments. Using the bibliographical method, data collection was carried out at the central library digital collection of UFSM, analyzing dissertations and thesis from 2010 to 2015, using related descriptors of the topic that were randomly combined. Three productions better attended the problem and were nominated here A2013, B2014 and C2014. The results of the search pointed out to: the emphasis given to the importance of the disabled students inclusion in regular schools; the public policies used turned to the educational reception of the inclusion of deaf people; the strategy and tools that are used by the state, as AEE, the Brazilian Sign Language (LIBRAS), accessibility core, accessibility by translator/interpreter, as well with laws and programs. The possibility of ingress and permanence of the deaf students at higher education using Brazilian Sign Language was also highlighted, as well the increase of the deaf culture, showing the UFSM as a place of acceptance and highlight for scholar inclusion. The conclusion is that inclusion of deaf students has been increased because they have been included in public schools and may have by law the right of a translator/interpreter inside the classrooms.

Keywords: School Inclusion. Deafness. Legislation. UFSM.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	30
Tabela 2.....	31
Tabela 3.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É E O QUE ENVOLVE.....	13
2.1	O LUGAR DA DIVERSIDADE.....	15
2.2	QUEM SÃO OS SURDOS?	16
2.3	DA INTEGRAÇÃO PARA INCLUSÃO	19
3	INCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	20
3.1	INCLUSÕES ESCOLARES E MUDANÇAS.....	21
3.2	IDENTIDADE E DIFERENÇA NA INCLUSÃO ESCOLAR.....	26
3.3	REFLETINDO SOBRE O INCLUIR.....	27
4	CAMINHO DA PESQUISA.....	29
5	COLETA DE DADOS.....	30
5.1	PRIMEIRO: A ENTRADA NO PORTAL E A ESCOLHA DOS DESCRITORES.....	30
5.2	SEGUNDO: SELEÇÃO DOS DADOS.....	31
5.3	TERCEIRO: AS PRODUÇÕES DE INTERESSE À PESQUISA.....	32
5.4	QUARTO: A REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	33
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	34
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

O estudo, o conhecimento e a participação na sociedade sempre foram importantes elementos na minha vida, mesmo que exigissem de mim intensa paciência, persistência e perseverança. Décadas atrás quando iniciei minha vida estudantil, não era obrigado a frequentar escolas, mas o acesso era livre a quem quisesse estudar, ou melhor, a quem os pais permitissem estudar. Uma vez concedida a permissão, a dificuldade era encontrar escolas.

Sendo eu nascida e criada na zona rural consegui ingressar na escola aos 10 anos de idade, numa turma multi-seriada e de multi-idade agregadas por mais de 50 alunos. No período de um mês aprendi a ler e escrever. Estudei nessa escola Rural até o 5º ano, na época era a graduação máxima que a escola oferecia. Aos 17 anos fui convidada por pais de alunos a ser professora. Então, fui levada até a Secretaria de Educação do município de Sobradinho onde prestei um teste avaliativo. Fui apta para ser professora municipal, exerci o cargo por 12 anos em uma Escola de Campo, também multi-seriada e de multi-idade do 1º ao 4º ano.

Nesse período de tempo, com muitas dificuldades, estudando supletivo através do rádio e prestando exames em uma escola Estadual da cidade de Sobradinho, concluí o então, hoje, Ensino Fundamental. Já casada e com filhas morando na cidade, tentei cursar Magistério, mas, como necessitava trabalhar devido as precárias condições financeiras e os compromissos familiares acumulados não foi possível continuar os estudos.

Aos 63 anos já aposentada, tentei novamente realizar o sonho de estudar. Matriculei-me na Modalidade “EJA”. Concluí o curso em um ano e meio e isso me garantiu o Ensino Médio. No mesmo ano de 2012, fiz vestibular na UFSM para Matemática; cursei dois semestres e novamente fiz vestibular para Pedagogia, onde entrei em 2015 em busca da tão sonhada graduação. Com vistas à terminalidade do Curso, sinto-me orgulhosa de ter estudado em uma Universidade Federal, junto com muitos jovens, que considero ser também uma grande lição de vida, pois aprendo muito com eles, principalmente com as diferenças, neste caso, de idade.

Esse breve relato da minha história de vida é para dizer o quanto sempre gostei do contato com o “ensino” e a “educação”. Porém, hoje minha atenção é voltada ao que acontece atualmente nas escolas, com olhar direcionado aos menos favorecidos.

Nesse sentido, escolhi pesquisar sobre surdez, mas, também porque de certa forma me sinto parte desse grupo, pois sou totalmente surda do ouvido direito e com grande comprometimento de audição no ouvido esquerdo.

Devido perda parcial da audição, imagino as dificuldades que possa existir para as pessoas totalmente surdas realizarem seus estudos. Desse modo, justifico meu interesse em conhecer o que dizem as Produções Acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no período de 2010 a 2015 sobre a inclusão escolar de alunos com surdez em escolas públicas.

Este trabalho se caracteriza por ser bibliográfico com abordagem qualitativa e apresenta como objetivo geral conhecer o que dizem as Produções do PPGE-CE-UFSM- do período de 2010 a 2015 sobre a inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas. Como objetivos específicos, apontar os aspectos positivos e negativos mencionados pelas Produções selecionadas, acerca da inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas, no período de 2010 a 2015 e identificar os elementos que têm contribuído para o acesso e permanência dos alunos surdos em ambientes escolares inclusivos.

O estudo foi desenvolvido mediante a coleta de dados de Dissertações e Teses do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria, e tendo como Referencial Teórico, Maria Teresa Eglér Mantoan (2006), Maria Cecília Rafael de Góes e Adriana Lia Frizman de Laplane (2013), Claudio Roberto Baptista e Hugo Otto Beyer (2006), Melânia de Melo Casarin (2011).

Os autores supracitados apresentam uma larga produção de pesquisas e estudos que revelam o empenhado na luta pelo cumprimento da Legislação Educacional, que visa inclusão de alunos público alvo da Educação Especial, apontando caminhos e possibilidades para que as escolas possam realizarem de fato a inclusão.

Nas produções consideradas objeto de análise deste estudo, encontrou-se como ferramentas de apoio à inclusão de alunos surdos, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), Política de Ações Afirmativas, Núcleo de Acessibilidade da UFSM, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Tradutor/intérprete, programas e Leis para dar suporte a inclusão dos sujeitos surdos no Ensino Superior, no caso na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campo de pesquisa das produções consideradas neste estudo.

Por meio da realização desta pesquisa, foi possível conhecer também algumas questões, que perpassam pela temática inclusão e que, também envolve e produz parte do cenário político, no que tange a produção e condução de estratégias de regulamento, seja como intuito de gerenciamento de risco e/ou como criação de espaço de normalidade.

2. INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É E O QUE ENVOLVE

O que dizer quando nos referimos a **incluir**? É possível que tenha muitos significados em nossas vidas cotidianas. Partindo do fato que todos nós somos iguais perante a Lei, a inclusão possibilita aos que outrora foram discriminados pela sociedade por apresentarem alguma deficiência, ou por procurar ocupar seus lugares que por direito lhes são concedidos.

Além do ingresso e do aprendizado nas escolas comuns, todos têm direito a participar do convívio que faz jus a todo cidadão, em todas as esferas do desenvolvimento, e participação nos aspectos sociais, político e democráticos.

Com o processo de conscientização global, a inclusão permite aos portadores de necessidades especiais, o direito a educação com qualidade, direito este, que já é garantido por Lei.

Para que a inclusão de fato aconteça, é importante ao vermos as limitações compreender seus aspectos e características, saber que não podem ser comparadas as formas externas com a potencialidade intelectual que o indivíduo possa ter. Os traços e particularidades não podem ser empecilhos para que tais pessoas se desenvolvam na área do conhecimento. Quando assimilamos a idéia de inclusão, nos apresentamos aptos a agir de uma forma mais humana contribuindo com a interação entre as pessoas, numa relação recíproca, o que se espera que aconteça com naturalidade. Isto porque a deficiência não define o caráter nem a personalidade de ninguém, é apenas uma diferença.

Assim nosso olhar voltado à inclusão, é capaz de compreender as necessidades do outro e também suas potencialidades que, muitas vezes, são encobertas pelas barreiras que são colocadas, quando se vê apenas o que é exposto exteriormente e, muitas vezes, padronizadas suas limitações como incapacidade total.

Na verdade, inclusão significa inclusão! Significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança COM. Inclusão quer dizer ESTAR COM o outro e cuidar uns dos outros. Traduz-se em convidar pais, estudantes e membros da comunidade para ser parte de uma nova cultura, de uma nova realidade. Inclusão significa juntar-se a novos e excitantes conceitos educacionais (educação cooperativa, educação do adulto, imagem total, tecnologia de informática, pensamento crítico). Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhe para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas

capacidades – como companheiros e como membros (MANTOAN, 1997, p.137).

Incluir tem a base no “eu quero ser” e respondida pelo “sois bem-vindos”. Esse apelo e essa confirmação precisam ser percebidos por todos os envolvidos. Isso é inclusão! Com ela todos ganharão.

Na vida todos somos capazes de aprender, mesmo que tenhamos tempos diferentes e proporções não padronizadas o que é necessário são as oportunidades, algo tão simples diante de um efeito gigante.

A inclusão NÃO trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com nossa moralidade (MANTOAN, 1997, p. 138)

A inclusão não pode ser tratada como tolerância ou obrigação, longe disso, nem tão pouco acontecer só por ser direito de todo o cidadão, também por isso, mas não só por isso. A chegada de um aluno com necessidades especiais em uma sala de aula comum nos oportuniza a outras formas de ver o mundo e, acrescenta crescimentos em nosso aprendizado como cidadãos formadores de uma nova geração. Quando respeitamos as diferenças, as dificuldades são amenizadas, e passamos a ver as oportunidades de crescimento e riqueza na diversidade.

Realizemos uma reflexão acerca de nossas vidas; o que nos espera amanhã? Hoje somos capazes de realizar algumas tarefas, mas quando estivermos velhos, teremos as mesmas habilidades? Ou precisaremos de alguém que nos acolha com amor e entenda as nossas fragilidades?

A inclusão instiga este tipo de reflexão. Não importa qual seja a reação das pessoas! A reflexão é vital para todos. A vida deve ser sempre refletida para que seja plenamente vivida. Pode ser um processo doloroso, mas estas perguntas podem ser o início da construção de um novo futuro pessoal. Temos um débito de gratidão a todas as pessoas que nos presenteiam com esses magníficos desafios. Portanto, acolher pessoas com diferenças desafiantes em nossas escolas e comunidades não é simplesmente para o bem delas; é antes para o bem de NOSSA própria saúde e de nossa própria sobrevivência. (MANTOAN, 1997, p. 139).

Incluir pessoas é prepará-las para grandes desafios! Não se trata de favor, mas de vidas repletas de sentimentos. É uma questão de direito tanto individual quanto coletivo, de respeito ao ato de aprender, considerando o tempo, e as diferenças de cada aluno.

A inclusão não é útil somente para os alunos com necessidades especiais, ela também representa uma transformação positiva na escola para todos os alunos. Nas escolas onde acontece realmente à inclusão, acontecem novos contextos, privilegiando novos conhecimentos, já que são necessárias novas estratégias para dar conta de atender as necessidades de toda a classe.

A troca de conhecimento entre os alunos, além da experiência que estes adquirem na diversidade que a escola inclusiva proporciona favorece a todos, e somente assim, podemos constatar no contexto escolar como o lugar central de aprendizagens e de ensino.

Mesmo que professores, na maioria das vezes, encontrem-se mal equipados para trabalhar com alunos especiais em suas classes, não é mais possível ignorar a necessidade do empenho de todos para que a inclusão aconteça.

2.1 O LUGAR DA DIVERSIDADE

Não se pode negar que as escolas de hoje encontram grandes desafios, como falta de recursos materiais e no quadro docente. E mais ainda se tratando de ser uma escola inclusiva. No entanto, é óbvio que as dificuldades tendem a se agravar, porque precisarão de suporte diferenciado para atender as necessidades da diversidade no momento da inclusão, sendo que, infelizmente grande parte dos professores não tem formação especializada. Mas, mesmo assim tendo em vista essas e outras dificuldades que serão encontradas no dia a dia, a escola comum inclusiva ainda é considerada o melhor lugar para a diversidade. Tornando-se assim uma grande lição onde todos aprendem, porque, não é mais possível aceitar que os alunos sejam apenas matriculados, mas que aprendam e se desenvolvam.

2.2 QUEM SÃO OS SURDOS?

Fala-se de alunos que outrora eram excluídos, isto é, não faziam parte das escolas comuns a todos, por serem portadores de algum tipo de deficiência, ou que pudessem apresentar dificuldades para acompanhar a turma em sala de aula. Isto porque a idéia era de que o aluno especial era quem precisava se adaptar às normas escolares.

Hoje, a proposta de uma escola inclusiva é ela, (a escola) que deve se adaptar as necessidades de seus alunos especiais, onde a incapacidade de alguma coisa, por motivo da deficiência, não o impossibilite de aprender.

Para discutir a inclusão do aluno especial, no que respeita às possibilidades de aprendizagem na sala regular, começo por expor apontamentos sucintos de estudo sobre a experiência escolar de surdos. [...] Na sala de aula os planos de aula eram destinados para uma classe de ouvintes [...]. Nisso, consistia a adaptação para o aluno especial, além do esforço para o estabelecimento de diálogos. (GÓES e LAPANE, 2013, p. 66)

A inclusão hoje ganhou outros parâmetros, com currículos adaptados às necessidades da classe escolar, e não mais o aluno surdo deve ser obrigado a adaptar-se a oralidade dos ouvintes.

Com o ingresso desses sujeitos surdos nas escolas comuns, houve um grande avanço no sistema público de ensino. Na medida em que foram sendo criadas Leis voltadas para as necessidades dos alunos, - sem tirar o mérito das lutas pelas comunidades surdas para fazer acontecer - a escola bilíngue e a presença de intérprete. Por sua vez, a escola precisa adaptar-se com seus planos de aula que satisfaçam surdos e ouvintes, isto é, um compromisso da escola com a perspectiva dos alunos.

Quem são os alunos surdos? São aqueles que desde tempos atrás vêm procurando ser vistos e aceitos como pessoas comuns, com capacidades e direitos de estarem incluídos tanto na escola como na sociedade, livres do risco de preconceito e de discriminação. Porque eles apenas são privados da audição, sendo essa a única diferença entre eles e as demais pessoas.

Em busca da cidadania e da aprendizagem, os surdos reivindicaram seu direitos, indo ao encontro daquilo que lhes possibilitasse o estabelecimento da comunicação, almejando, uma forma lingüística adequada para tal, e que não fosse privilégio apenas deles, mas que todos pudessem aprender; a fim de ser quebrada barreiras entre professores e colegas, em uma aula inclusiva que conhece e respeita a cultura surda.

Surdo é o termo usado pela comunidade surda para quem tem perda auditiva e usa LIBRAS para se comunicar, compreender e interagir com o mundo por meio de experiências visuais. Devido a falta do som esses sujeitos têm incompatibilidade

na comunicação com os ouvintes, ou seja, a forma que os surdos se utilizam para se comunicar difere daquela utilizada pelos ouvintes.

O sujeito surdo também se manifesta e se identifica como pertencente a uma comunidade e uma cultura específica, sendo reconhecidos principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O surdo é um sujeito que percebe o mundo através da visão, por não ouvir sons ele se mantém atento a tudo o que se passa ao seu redor. Para Strobel (2008, p.39, *apud*, CASARIN, 2011, p.215),

os sujeitos surdos, com sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor deles: desde os latidos de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos de sua boca e da expressão corpórea-facial-bruta – até uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito surdo pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge.

O surdo é um sujeito observador e capacitado a entender nos mínimos detalhes sobre o que está se passando a sua volta. O movimento corporal das pessoas, o movimento dos lábios, as expressões faciais são importantíssimas, para o surdo se inteirar do que está acontecendo no ambiente. O sujeito surdo é capaz de observar ocasiões de perigo pelo movimento das outras pessoas. Assim o maior problema do surdo não é a surdez em si, mas o que essa privação do som lhe causa.

Assim apesar do sujeito com surdez ter capacidade de compreender e de aplicar os seus conhecimentos não consegue fazer como o ouvinte, fica impossibilitado de expressar sua intelectualidade. Assim, precisa aprender outra língua para estabelecer tais trocas, sejam elas, mímicas, oral, gestual ou visual, na tentativa de se comunicar, que é uma necessidade do ser humano.

Hoje sua comunicação principal dos sujeitos surdos é através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é a primeira Língua Oficial da comunidade surda. Comunidades essas onde acontecem os movimentos para buscarem seus direitos, como foi o caso da escola bilíngüe.

Pensa-se antes disso nas dificuldades dos alunos surdos para interagirem com os ouvintes nas escolas inclusivas, sendo preciso usar gestos e oralidade, por não ter ainda a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS. Essas dificuldades não eram somente para os alunos surdos, mas também para professores que para alcançar

algum sucesso significativo no ambiente escolar praticamente obrigavam os alunos surdos a oralizar como se fossem ouvintes.

Ainda hoje é difícil encontrar nas escolas recursos suficientes para que os alunos surdos aprendam igual aos ouvintes quando incluídos. Porque, mesmo tendo a Língua LIBRAS no ambiente escolar, as dificuldades ainda existem, porque no Brasil a Língua Oficial é o Português e a LIBRAS opera como primeira Língua Oficial para a comunidade surda. Com a inclusão essas duas Línguas se fazem presentes nas salas de aula, e os Tradutores/intérpretes ainda são em números insuficientes para atender a todos.

Hoje os sujeitos surdos que não vivem em comunidade e não sabem LIBRAS, ainda usam a oralidade para tentar se expressar, mas tanto LIBRAS como oralidade não favorecem quando precisam escrever, já que a escrita para todos é em Português e isso é muito difícil para ambos. Por isso precisam ser auxiliados por Tradutores/intérpretes para levar adiante seus estudos. Pelo contrário, será muito difícil não ocorrer um fracasso escolar, mas esse fracasso não deve ser atribuído a responsabilidade dos surdos, e sim do sistema escolar inclusivo que ainda enfrenta dificuldades para efetivar de fato a inclusão. Para Casarin (2011, p.215),

essas considerações são fundamentais quando nos reportamos ao espaço escolar: Como pensar a sala de aula para alunos surdos? Quais recursos pedagógicos e didáticos devem ser valorizados e trazidos para esse contexto? Para contemplar esses aspectos é importante que o professor e toda a comunidade escolar tenham conhecimento da educação bilíngüe, a qual é um direito daqueles que utilizam uma língua diferente da língua oficial do país. Em relação aos estudantes surdos, a legislação brasileira define que a instrução e o ensino da língua de sinais dos alunos surdos e da língua portuguesa devem estar presentes no contexto escolar.

Assim, a escola é a responsável pelo sucesso ou pelo fracasso dos seus estudantes, por ignorar a realidade da diferença, e por ser conhecedora dos direitos dos alunos e da flexibilidade das Leis, nos currículos e nos conceitos pedagógicos do sistema da inclusão, sendo preciso não só permitir o acesso na escola, mas também a permanência de todos os alunos na perspectiva da aprendizagem..

No caso de ter aluno surdo incluído, o sistema Bilíngüe deve estar presente da mesma forma que o sujeito surdo precisa usar a escrita em Português.

2.3 DA INTEGRAÇÃO PARA INCLUSÃO

A inclusão em Escolas Públicas no Brasil teve seu início em um projeto de integração, que em certo momento surgiu como uma necessidade integrar nas escolas algumas pessoas, que apesar de serem portadores de alguma deficiência apresentassem alguma sensibilidade, no entanto, era preciso que esses sujeitos fossem considerados capazes de aprender, para freqüentar o ambiente escolar. Sendo assim,

a educação inclusiva surgiu, ou, melhor posto, evoluiu como conceito e proposta institucional ao longo dos anos 90, particularmente com os avanços provocados pelos dois encontros internacionais que marcaram as discussões correspondentes. Esses encontros foram a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha de onde se originou o importante documento a Declaração de Salamanca. (BAPTISTA; BEYER, 2006, p.73)

Com esses dois primeiros Encontros Mundiais foram formadas bases do reconhecimento que, não bastava mais as pessoas com necessidades especiais estarem integradas em uma turma de alunos, se não tivessem oportunidade de participar do sistema educacional, dando assim o início do reconhecimento do direito de uma escola para todos.

Segundo Baptista e Beyer (2006, p.73),

a educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais das mais diversas.

Haja vista a necessidade de um novo sistema para a educação, a partir do reconhecimento desses direitos, a melhor forma seria que todos estivessem incluídos, isto é, portadores de deficiência ou não, ocupassem o mesmo espaço escolar, valorizando o pluralismo com características diferentes. De certa forma gera um desafio, tanto nas estruturas das escolas como com o pessoal que o acolhem, que quando passam a ver e valorizar as diferenças, também aprende que existem várias formas de aprender, cada aluno com o seu tempo e o seu jeito. Basta construir uma prática pedagógica que satisfaça a todos.

3. INCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

São fatos e realidades diferenciadas vividas pelas escolas e a sociedade há algumas décadas, na expectativa de que a escola para todos seja de fato conduzida a partir de idéias e Leis que, em conjunto, possam articular meios de manter alunos com necessidades especiais incluídos e aprendendo em uma sala de aula comum, porque esta é a lógica da escola da atualidade, fazendo com que todos os alunos tenham o pensamento de estarem incluídos sem medo de serem apenas discursos políticos.

Sabe-se que a inclusão foca a igualdade para todos sem deixar de ver a diferença, porém, a direção do olhar não pode ser voltado para a deficiência e sim para o aluno, que tanto na igualdade como na diferença precisa que a escola atenda as necessidades da turma, com práticas pedagógicas entre outras que satisfaça o sistema educacional inclusivo.

O elogio da inclusão apresenta a vantagem de arrolar argumentos para a defesa das políticas inclusivas. Mas para que seja realmente eficaz, é preciso que o discurso se feche sobre si próprio, aparecendo como uma totalidade que não admite questionamentos (GÓES e LAPLANE, 2013, p. 17).

Assim a escola é o lugar aonde as práticas dos discursos políticos vão se realizar, e essas políticas muitas vezes parecem estar preocupados realmente com a inclusão, outros momentos, no entanto, parecem apenas cumprir um compromisso assumido, sem a preocupação de resultados apresentados sobre a inclusão. Assim sendo, um conjunto de ações precisam acontecer mediante a flexibilidade que as Políticas Públicas oferecem, não ficando fechadas em si, mas dando às escolas certa autonomia nas decisões, de acordo com as necessidades que cada uma vai encontrar.

Segundo Góes e Laplane (2013, p.31),

(...) uma políticas de escola inclusiva, uma vez que o acompanhamento, a participação da comunidade, os projetos pedagógicos mais compatíveis com o perfil do alunado e a busca de qualidade pelo sistema que se apresenta mais próximo do usuário do serviço básico são condições favorecedoras de mudanças.

Essa flexibilidade proporciona às escolas planejarem sistemas de ensino, com uma gestão que possa ouvir os pais e a comunidade, que em conjunto possam encontrar soluções não padronizadas, mas a melhor forma de acolhimento e que, os objetivos possam ser alcançados com bons resultados na aprendizagem, no desenvolvimento, no respeito e na valorização.

3.1 INCLUSÕES ESCOLARES E MUDANÇAS.

Muitos e diferentes profissionais têm se empenhado para que as escolas sejam reestruturadas, a fim de atender as demandas escolares inclusivas, ou seja, o sistema escolar para atender as particularidades da inclusão, necessita realizar diferentes modificações e até adaptações, incluindo o planejamento sem esquecer também do importante documento que rege os estabelecimentos escolares o Projeto Político Pedagógico (PPP). É difícil aceitar a resistência que ainda encontramos em relação à diferença, ou mesmo da negação da oportunidade de aprendizagem significativa e de qualidade para todos.

Trata-se de um trabalho de “ressignificação” do papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas, bem como de adoção de formas mais solidárias e plurais de convivência. Para terem direito à escola, não são os alunos que devem mudar, mas sim a própria escola! O direito à educação é natural e indisponível (MANTOAN, 2006, p.9).

Valorizar as diferenças é a forma de não excluir, e isso é uma necessidade diária que precisa ser manifestada com vontade e determinação, exercitando o reconhecimento e acolhimento dos talentos que cada aluno possui. Estar consciente de que todos têm capacidade de aprender, para isso o tempo de cada um deve ser respeitado, bem como, a escola ser criativa em suas atividades. Conhecendo seus alunos terão condições de organizar um projeto educacional satisfatório, envolvendo a gestão democrática que é a colaboração de todos os envolvidos com a escola, a fim de satisfazer as necessidades das novas gerações de alunos do universo escolar.

Sabe-se que não é o aluno que precisa se adaptar aos moldes da escola; é a escola que precisa oferecer uma didática compatível com a turma, sem privilégios

para uns ou prejuízos para outros. Sejam compatíveis a todos em todas as áreas do conhecimento.

É notório que sempre serão encontrados meios para o faz de conta, como é o caso de trabalhar com alunos com deficiência em escolas comuns, utilizando o mesmo material do Ensino Especial. Isso não é considerado inclusão, porque se o aluno não participa das atividades com a turma, como podemos dizer que houve mudança?

Válvulas de escape, como o reforço paralelo, o reforço continuado, os currículos adaptados, etc., continuam sendo modos de discriminar alunos que não damos conta de ensinar e de nos escondermos de nossas próprias incompetências. (MANTOAN, 2006, p.32; 33).

Um aprofundamento no contexto escolar para entender as dificuldades diante da inclusão é necessário, para saber as reais possibilidades, bem como das propostas realizadas pelas coordenações pedagógicas. Saber qual é o perfil organizacional, diante da situação real de alunos com necessidades especiais é uma preocupação manifestada por aqueles que acreditam na inclusão. Mantoan (2006, p.36) diz que, “não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos”.

Uma escola inclusiva tem a oportunidade de se atualizar, se modernizar, se reestruturar a partir de suas condições atuais, buscando atender as necessidades de seus alunos, respeitando suas especificidades. Para isto, é preciso que professores se aperfeiçoem nas suas práticas, sem ficarem insistindo nas mesmas propostas.

A educação em muito contribui para o reconhecimento de uma sociedade ideal, ao transformar o método de ensinar e aprender em um procedimento natural, valorizando a criança que é capaz de aprender e ser escritora de sua própria história. Escola transformadora é escola que se transforma que ao invés de impor exigências, reconhece suas necessidades de mudanças e vão traçando caminhos para que seus alunos sejam bem sucedidos.

Desde criança, tenho minha concepção de escola. Sempre vislumbrei como ela seria, e em cada etapa de meus estudos ia acrescentando, modificando, aperfeiçoando seu esboço. Sofri muito nos bancos escolares, pela dificuldade de me adaptar à rigidez e às incompreensões de um ambiente que pensava deveria ser diferente. Hoje identifico-me com muitas crianças, encontro-me no olhar desses alunos e, muitas vezes, surpreendo-me

fugindo com eles para outros mundos, como eu fazia nos meus tempos de estudante (MANTOAN, 2006, p. 10-11).

Muitos professores em diferentes momentos já mergulharam na singularidade de seus alunos na expectativa de criar oportunidades para viabilizar a transformação dos sonhos em realidade, alimentam pensamentos e idéias de ruptura com paradigmas que possam impedir seus direitos já conquistados.

Sendo a inclusão escolar uma representação de causa social amparada por Lei em benefício de pessoas com necessidades especiais, requer um raciocínio teórico e prático em todas as dimensões das representações em uma união de forças e discernimento no sentido do bem comum.

Pensar a inclusão exige mudança, transformação, que começa aos poucos e vai se estendendo de uma forma participativa e democrática. Nesse processo se destacam pessoas que não se conformam com injustiça e descaso na sociedade. Pessoas que participam e contribuem com movimentos pró-inclusão e que por isso estão sempre acompanhando e cobrando o cumprimento das Leis.

Direta ou indiretamente todos contribuem com as mudanças, quando quebram com conceitos e padrões que percebem como imperfeitos ou inadequados para o momento atual. Assim, cria-se uma crise de paradigmas à medida que novas bases teóricas são criadas, pela necessidade de mudança nos padrões mesmo não sendo uma mudança radical. As mudanças geram em maior ou menor grau certa insegurança, porque são novos, ou outros padrões e conhecimentos e o novo sempre assusta, embora necessário para realizar mudanças.

No atual momento, várias mudanças estão acontecendo, e a escola sem saber lidar com elas “se entupiu de formalismo da racionalidade, e cindiram-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracias” (MANTOAN, 2006, p. 14).

Há necessidades de mudanças nas organizações escolares como requer a inclusão, embora seja um desafio é também uma oportunidade para a escola fluir novamente de cara nova para uma geração nova, que aí está buscando conhecimento e almejando por meio destes a tão sonhada autonomia.

A educação necessita de mudanças para conseguir de fato realizar a inclusão. Trabalhar com as diferenças culturais, sociais, étnicas, e toda a diversidade humana cada vez mais tem servido como conteúdo importante a ser trabalhada em sala de aula, fonte riquíssima ao processo de conhecer e aprender o

mundo e nós mesmos. A escola não pode jamais retroceder nem tão pouco ignorar o que acontece ao seu redor. “Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas - nos processos pelas quais formas instruem os alunos” (MANTOAN, 2006, p. 15).

Os sistemas escolares estão ainda com um pensamento atrasado, pois ainda primam por moldes tradicionais onde tendem a continuar com seu papel enraizado em uma educação de caráter permanente de enquadramento, onde a idéia de aluno passivo tem possibilitado, que por falta de conhecimento, medo ou vergonha, alunos com necessidades especiais e familiares deixem de reivindicar seus direitos, sobre inclusão. Ainda hoje, para além dos vinte anos de Declaração de Salamanca, presenciamos uma realidade “que permite dividir os alunos em normais e diferentes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nestas e naquelas manifestações das diferenças” (MANTOAN, 2006, p.16), o que impossibilita a proposta de inclusão. Assim é preciso pôr de lado tudo aquilo que possa ser considerado excludente e ter um olhar acolhedor para a proposta inclusiva.

A escola inclusiva requer um novo sistema de educação, que não tenha lugar para o preconceito e que reconheça e valorize as diferenças. Que professores sejam favoráveis às novas práticas, mesmo reconhecendo as dificuldades estejam dispostos às mudanças necessárias. “Chegamos a um impasse: para reformar a instituição, temos que reformar as mentes, mas não há como reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (Morin, 2001 *apud* MANTOAN, 2006, p.17).

Inclusão é muito diferente de integração. A integração surgiu nos Países Nórdicos em 1969 que por uma questão de questionamento de práticas escolares, bastava que esses indivíduos estivessem agrupados em escolas especiais ou mesmo grupos de lazer, sem se preocupar com a vida escolar. Para Mantoan (2006, p.18) “pela integração escolar o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais”.

A integração é um sistema adotado para alunos com necessidades especiais de irem da inserção da escola tradicional à escola de educação especial. Assim sendo, penso que não se pode dizer que esse aluno esteja incluído em uma escola comum, apenas é uma forma de transitar por sistemas educacionais diferentes,

como forma de socialização. Esse é um sistema onde o aluno pode ir da escola especial à escola comum, num sistema itinerante, e as salas de recursos precisam estar presentes.

Os alunos que frequentam essa modalidade, raramente ingressam nas aulas de ensino comum, e também não são todos os alunos com deficiência que podem fazer esse tipo de inserção, porque há uma previa avaliação para saber se estão aptos à inserção educacional com alunos de turmas comuns. Nesse processo a escola permanece com suas atividades sem alteração, sendo preciso o aluno adaptar-se a ela.

A integração escolar pode ser entendida como o “especial da educação”, ou seja, a justa posição do ensino especial ao regular, o que ocasiona um inchaço dessa modalidade pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial para as escolas regulares (MANTOAN, 2006, p. 19).

Já a inclusão não é simpática a esse sistema de integração e questiona tanto as Políticas como as Organizações Escolares especiais e comuns. A integração é inadequada já que é um direito de todos os alunos freqüentarem escolas comuns, conviver com os demais alunos sem distinção. A inclusão não admite exclusão, enquanto a integração visa integrar alunos ou um grupo que já foram anteriormente excluídos.

A escola inclusiva se preocupa com o interesse dos alunos, ela se adapta as necessidades de todos os seus integrantes sem distinção, considerando todas as necessidades de mudanças e adaptações quantas forem necessárias para suprir todas as necessidades. Todos sabem, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele.

Dependendo da visão é possível imaginar a abolição dos serviços especiais, numa perspectiva de inclusão que possa melhorar a qualidade do ensino de todos os alunos em todas as escolas. Para Forest (1985 apud MANTOAN, 2006, p. 20) “as crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado”. É pensando na riqueza que há na diversidade e que esta possibilita outro desenho, que contempla uma nova forma de pensar o ensino e a aprendizagem, e por meio da inclusão poderá ser iniciado o processo de transformação escolar tão almejado por todos.

3.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Para mudar o quadro de fracasso das escolas brasileiras, é preciso mudanças já, porque vem crescendo cada vez mais o número de alunos marginalizados e com baixa autoestima por serem excluídos das escolas e da sociedade.

Para Mantoan, (2006, p. 21-22), “(...) é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos”.

Há certa inquietação por parte dos professores, que sabem que a exclusão tem persistido em permanecer no meio escolar e fora dele. Sabe-se também, que os desafios para inclusão são muitos, mas são necessários se quisermos melhor encaminhar o rumo da educação inclusiva. Para evoluir e fazer a diferença, tem-se percebido esforços, para não mais cometer o erro de encaminhar alunos para escolas especiais com objetivos de reforços, demonstrando incapacidade de dar conta das dificuldades. Isso já significa um comprometimento com o aluno e com a educação, percebe-se que aos poucos está sendo vista como necessária a inclusão escolar.

Os pretextos para não incluir aos poucos vão ficando de lado, e os alunos vão sentindo-se mais à vontade diante de um gesto de acolhimento. MANTOAN (2006, p.22) fala que “(...) estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, “os especializados”. Assim não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais”. Para incluir é necessário inicialmente tentar entender a inclusão escolar, seus objetivos e perspectivas. Também requer pensar e planejar a prática educacional, considerando a complexidade e responsabilidade que envolve o trabalho docente, bem como a importância da existência das escolas para a vida e para a dignidade humana. Porém, é fundamental que ao receber em suas classes comuns alunos público alvo da Educação Especial, os professores estejam inteirados sobre quais Políticas Públicas existem para auxiliar, não só o acesso, mas principalmente a permanência desse público no contexto escolar inclusivo.

Ou mais precisamente, que propostas e políticas de inclusão educacional estão realmente considerando as diferenças na escola. Os alunos com deficiências, bem como os demais excluídos, vêm sendo encarados como sementes da transformação dessas propostas? Elas reconhecem e valorizam as diferenças como condições para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar? (MANTOAN, 2006, p.22).

Hoje, as Políticas apontam claramente a direção de uma escola para todos. Uma escola onde não haja distinção de forma alguma. Pelo contrário, a Legislação aponta que as diferenças são muito bem vindas, pois o convívio com essas diferenças contribui com o desenvolvimento educacional de todos, ou seja, educador e educando. Existem conhecimentos que só as diferenças podem ensinar por não existir uma preocupação com o sentido ou a identidade disso ou daquilo. Mas as diferenças só ensinam quando existe abertura, quando é possível ver na identidade do outro a diferença que há na minha.

Nossas ações educativas têm como eixo o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula (MANTOAN, 2006, p. 23).

A aprendizagem acontece realmente no convívio com as diferenças, no coletivo em sala de aula, pois a escola quando valoriza as diferenças, tem tudo para construir um novo padrão escolar consciente de que é possível aprender e ensinar.

3.3 REFLETINDO SOBRE O INCLUIR

Até o momento, comentou-se e apontaram-se vários aspectos que envolvem a questão da inclusão de alunos em escolas comuns, mas é importante destacar outro elemento nesta questão são as condições de permanência que esses alunos recebem no ambiente educacional, para que de fato a inclusão aconteça. Para Mantoan (2006) a garantia de matrícula não é o bastante se não houver garantia de continuidade de estudos com bons resultados. E esses resultados se referem ao entrosamento bem como a aprendizagem. Nesse sentido, é importante falarmos

dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-las nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores; e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos (MANTOAN, 2006, p. 40).

A inclusão contempla parte da Democracia que a partir do movimento das 'diretas já' com a eleição democrática após o Regime Militar, foi criada Constituição Brasileira de (1988), a qual já tratava de direito iguais para todos, estando com isso a inclusão estabelecida e garantida por Lei, porém os professores passam a ter

dificuldades por falta de preparo para a inclusão. Por isso, a formação continuada passa a ser uma das alternativas com que as escolas possam se utilizar para repensar o contexto educacional de modo inclusivo. Não bastam apenas mudanças físicas, mas sim

reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania. Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência. Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condição e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusão e exceções (MANTOAN, 2006, p. 41,42).

A inclusão trará diferentes benefícios ao contexto educacional, pois vai contribuir com o desenvolvimento de todos os integrantes da mesma, pois será necessário arquitetar com antecedência, diferentes estratégias antes que estas saiam do papel para a prática. Assim, com menos fragilidade para encarar os desafios propostos pela inclusão escolar de alunos da Educação Especial, espera-se atingir com maior êxito os resultados almejados para uma educação inclusiva.

4. CAMINHO DA PESQUISA

A metodologia é a parte do trabalho onde são apresentados os meios utilizados para realização do mesmo. Noutras palavras é a revelação do caminho percorrido pelo pesquisador, bem como dos procedimentos empregados para efetivação da investigação.

A proposta deste estudo foi a de realizar um levantamento em acervo digital, mais precisamente, o da Biblioteca Central eletrônica da UFSM nas Produções do PPGE-CE, acerca da temática inclusão de alunos surdos em escolas públicas no período de 2010 a 2015, pois a problemática a ser respondida relacionou-se ao que dizem as Produções do PPGE – CE – UFSM - do período de 2010 a 2015 sobre a inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas. Como objetivo geral propôs-se a conhecer o que dizem as publicações do PPGE – CE – UFSM – do período de 2010 a 2015 sobre a inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas e como objetivos específicos: apontar os aspectos positivos e negativos mencionados pelas Produções selecionadas acerca da inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas; bem como identificar os elementos que têm contribuído para o acesso e permanência dos alunos surdos em ambientes inclusivos.

Nesse sentido, para a realização desta pesquisa utilizou-se o método bibliográfico com abordagem qualitativa, e o caráter exploratório de pesquisa, por esta ter sido desenvolvida no intuito de proporcionar uma visão geral, acerca do que dizem as produções do PPGE-CE-UFSM no período de 2010 a 2015 sobre a temática inclusão de surdos em Escolas Públicas. _

5. COLETA DE DADOS

Para obter segurança nos dados coletados, utilizou-se como fonte de coleta a Biblioteca Central eletrônica da UFSM, que contém um acervo significativo de Teses e Dissertações à disposição a disposição para a realização de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, e também a diversidade de assuntos, que ao público acadêmico parece relevante, como o caso da inclusão de alunos com surdez em escolas públicas.

Para o melhor entendimento deste trabalho de pesquisa, utilizou-se uma ordem de apresentação/referência de identificação das produções selecionadas, a fim de evitar-se a repetição dos títulos na extensão deste, mantendo assim uma aparência limpa e atraente no trabalho. Assim, as Produções acadêmicas selecionadas como objeto de análise foram denominadas neste estudo de A2013; B2014; C2014. Apresenta-se a seguir a seqüência utilizada para a realização da coleta de dados.

5.1 PRIMEIRO: A ENTRADA NO PORTAL E A ESCOLHA DOS DESCRITORES

Iniciou-se a pesquisa, utilizando-se a ferramenta Google, onde foi digitado: Biblioteca e logo depois de acessado o site da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (<http://w3.ufsm.br/biblioteca/>). Na página da Biblioteca Central, entrou-se em consulta ao acervo. Neste, teve-se a opção pesquisa geral. Nesta parte utilizou-se de diferentes descritores combinados aleatoriamente. Os descritores foram os seguintes: alunos surdos, inclusão escolar surdez, inclusão de surdos, publicações do PPGE da UFSM sobre surdez, publicações de inclusão de alunos surdos, surdez inclusão ou exclusão, surdez, inclusão, dificuldade para alunos surdos, barreiras escolar para alunos surdos, avanço escolar para inclusão de surdos, aspectos positivos na inclusão de alunos surdos, concepções de inclusão, avanços e retrocessos na inclusão de alunos surdos. A escolha dos descritores foi realizada a partir do tema da pesquisa que é Inclusão Escolar de Alunos com Surdez em Escolas Públicas. Nessa busca foram encontrados 146 trabalhos nas categorias Tese, Dissertações, Artigo Monográfico, Trabalho Acadêmico, Livro. A pesquisa ocorreu no dia 16 de agosto de 2018, das 12h30min às 19h20min.

5.2 SEGUNDO: SELEÇÃO DOS DADOS

Do montante de trabalhos encontrados 146 no primeiro momento, no portal eletrônico foi feita uma segunda seleção a partir de três critérios que são: o período de publicação do trabalho se estava entre os anos de 2010 a 2015; qual o tipo de trabalho se era uma Dissertação ou Tese e se continha no título o conteúdo inclusão de surdos, pois este conteúdo é parte importante da temática da presente pesquisa. De acordo com esta segunda seleção obteve-se 11 trabalhos que se encontram identificados na tabela a seguir:

Tabela 1: Relação de Teses e Dissertações

TÍTULO	AUTOR	CATEGORIA	ANO	Nº CHAMADA
Língua e linguagem no dialogo mãe ouvinte-filho surdo	Barcellos, Carine Martins	Dissertação UFSM	2011	00061471
A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos	Camatti, Liane	Dissertação UFSM	2011	00058152
Estratégias de comunicação no atendimento em saúde a sujeitos surdos	Fortes, Luciana de Oliveira	Dissertação UFSM	2012	00068140
YouTube como pedagogia cultural: espaço de produção, circulação e consumo de cultura surda	Pinheiro, Daiane	Dissertação UFSM	2012	00064811
Movimentos surdos e educação: negociação da cultura surda	Dall'alba, Carilissa	Dissertação UFSM	2013	00072142
Universidade Federal de Santa Maria um lugar para os surdos	Lamb, Catia Regina Züge	Dissertação UFSM	2013	00070225
As artes de governar no contexto da educação de surdos: estratégias de governo da escola inclusiva	Cezimbra-Conrado, Juliana	Dissertação UFSM	2014.	00078995
Acesso e Permanência no Ensino Superior: Estratégias de Governamentada Conduta de Alunos Surdos Incluídos	Goularte, Ravele Bueno	Dissertação UFSM	2014	00077075
O exercício materno e paterno em casos de crianças com deficiência auditiva	Zanini, Angélica Costa	Dissertação UFSM	2014	00079488
A emergência das políticas de educação bilíngüe para surdos no Brasil na	Morais, Mônica	Tese UFSM	2015	00087839

racionalidade inclusiva	Zavascki de			
Intervenção fonoaudiológica com familiares de crianças surdas	Nascimento, Gicélia Barreto	Dissertação UFSM	2015	00085839

Tabela 1: Relação de teses e dissertações que contemplam o assunto inclusão de alunos surdos no período de 2010 a 2015.

5.3 TERCEIRO: AS PRODUÇÕES DE INTERESSE À PESQUISA

Das 11 produções selecionadas e supracitadas, o terceiro momento da pesquisa consistiu na leitura dos resumos das 10 dissertações e uma tese com a intenção de averiguar se o conteúdo das produções realmente concernia com o conteúdo da investigação proposta nesse trabalho, ou seja, inclusão de alunos surdos em escolas públicas. Sendo assim, somente três dissertações atenderam ao tema a ser investigado.

Tabela 2: Dissertações que Atenderam ao Tema da Pesquisa

TÍTULO	AUTOR	CATEGORIA	ANO	Nº CHAMADA
Universidade Federal de Santa Maria: um lugar para os surdos	Lamb, Catia Regina Züge	Dissertação UFSM	2013	00070225
As artes de governar no contexto da educação de surdos: estratégias de governamento da escola inclusiva	Cezimbra-Conrado, Juliana	Dissertação UFSM	2014	00078995
Acesso e Permanência no Ensino Superior: Estratégias de governamento da conduta de alunos surdos incluídos	Goularte, Ravele Bueno	Dissertação UFSM	2014	00077075

Tabela 2: Fonte: autora (2018)

5.4 QUARTO: A REALIZAÇÃO DO TRABALHO

O quarto momento consistiu na leitura integral das três dissertações com o objetivo de conhecer o que dizem as Produções do PPGE-CE-UFSM- do período de 2010 a 2015 sobre a Inclusão de Alunos Surdos em Escolas Públicas; apontar os aspectos positivos e negativos mencionados pelas produções selecionadas acerca da inclusão de alunos surdos em escolas públicas e identificar os elementos que têm contribuído para o acesso e permanência dos alunos surdos em ambientes inclusivos.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Após a coleta dos dados, passou-se a análise e discussão dos mesmos, considerando os objetivos propostos no presente estudo que são: Conhecer o que dizem as Produções do PPGE-CE-UFSM no período de 2010 a 2015 sobre a inclusão de alunos surdos em escolas públicas; apontar os aspectos positivos e negativos mencionados pelas produções selecionadas acerca da inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas e identificar os elementos que têm contribuído para o acesso e permanência dos alunos surdos em ambientes escolares inclusivos. As três produções, fonte de coleta de dados e que neste trabalho receberam a identificação, quando mencionadas, A 2013, B 2014 e C 2014¹.

Nas três produções foram identificados três termos que são: inclusão escolar, surdez e Legislação. Nas três produções - foco deste estudo observou-se a ênfase atribuída à importância da inclusão de alunos com deficiência em escolas comuns. A seguir se apresenta um pouco das Produções bem como o que estas mencionam acerca da temática inclusão de alunos surdos em escolas públicas.

Assim a produção A2013, teve em sua pesquisa o objetivo de analisar a trajetória dos surdos na Instituição desde 1981 e o que esta tem feito para garantir-lhes o acesso e a permanência. Esta produção questiona se a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM- se constituiu ou não, um lugar para os sujeitos surdos vivenciarem o conhecimento acadêmico. Destaca as transformações na sociedade com a inclusão e permanência das pessoas com necessidades especiais, especialmente alunos surdos no Ensino Superior. Nesse sentido, a referida Produção menciona que a UFSM tem sido pioneira na acessibilidade dos sujeitos surdos, e vem trabalhando no sentido de facilitar o ingresso, com metodologias e programas, ponderando a possibilidade de não só incluir como manter esses alunos acadêmicos no processo de ensino-aprendizagem, mas ainda precisa propor e executar políticas favoráveis que visem melhorar a vida de todos os envolvidos na transformação pela inclusão.

A produção B2014 visou entender como as políticas educacionais inclusivas estão investindo em estratégias de condução das condutas de alunos surdos na escola inclusiva. Comenta o material de atendimento educacional, em especial para

¹ Optou-se por utilizar essa referência em relação as produções foco de estudo desta pesquisa com o objetivo de facilitar a escrita e leitura do trabalho (A 2013; B 2014 e C 2014).

as pessoas com surdez, salienta a captura da educação Bilíngüe pelo Estado. Aponta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como parte dos discursos e estratégias para que a inclusão se efetive, sendo destacado nos discursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como garantia de inclusão escolar. Apresenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como uma ferramenta de suporte técnico para dar conta, em se tratando dos sujeitos surdos. Nessa produção, foi utilizado o termo Normalização, como estratégia empregada na inclusão por este possibilitar um regulamento e vigilância – ambos os aspectos de controle que permitem o gerenciamento do risco de todos ocuparem o mesmo espaço escolar.

A produção B2014 objetivou analisar como vêm ocorrendo os processos de governamento dos alunos surdos da UFSM. A partir do entendimento de como é a inclusão de alunos surdos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - do acesso e da permanência - essa produção apresentou análises que foram realizadas com cuidado acerca dos processos de governamento dos alunos surdos nessa Instituição de Ensino Superior. Da mesma forma, identificou-se que a LIBRAS é uma condição de permanência, assim como a oferta de Intérprete da LIBRAS, bem como cursos de capacitação desta Língua. Observam-se, neste sentido, as estratégias de governamento após investimentos em projetos para a entrada e permanência desses alunos na Universidade, no caso, nesta Instituição.

Para Lopes, Fabris (2013, p.19),

os discursos sobre a inclusão geram efeitos de verdades distintas nos sujeitos. Portanto, para analisar a inclusão não basta mapear o presente a partir de coleta de políticas, leis, regulamentos, história de vida, testemunho, estatísticas, etc. É condição para entender a emergência focar acontecimentos aparentemente desconexos, mas que são capazes de nos fazer entender aquilo que acreditamos no presente.

As reflexões apresentadas a respeito da inclusão pelos autores nos alerta sobre a ideia da inclusão, enquanto uma produção da nossa sociedade atual. Os discursos que presenciamos no cotidiano escolar nos instigam pensamentos que nos encaminham a um interesse maior sobre o tema investigado. Assim, buscar entender os pensamentos dos professores, saber a linha de raciocínio quanto a teoria e à prática, bem como diferenças linguística e cultural são dimensões dos processos de inclusão que, muitas vezes, não fazem parte desse pacote chamado

estratégias para inclusão justamente pelo fato deste tema não ser relevante ao contexto sócio-econômico e político de um País. E isso se aplica ao Brasil.

Para Lopes (2007, p.15), “inclusão é uma prática discursiva produzida na/pela linguagem que ganha status de verdade e de realidade quando começa a ser produzida nas narrativas e a circular em diferentes grupos como bandeira de luta”. A produção da inclusão como discurso pode ser utilizado como ‘moeda de troca’, ou seja, um elemento facilitador/aproximador de pólos que apresentam algum interesse na questão. É um pouco isso que a produção B2014 menciona quando traz a inclusão escolar como uma estratégia mais ampla, vinculada a própria Economia Política do Estado, trazendo formas de regulamentação disciplinar, produzindo efeitos de saber e poder de conduzir as condutas dos sujeitos. Quem confirma esse pensamento é Menezes (2011, p.67), ao dizer que “a inclusão é uma verdade produzida para a vida com o outro em condição de seguridade”. Desse modo, entende-se a inclusão como uma verdade construída discursivamente para a população.

Já a produção C2014 refere-se à inclusão como um processo de in/exclusão, porque entende que para falar de inclusão envolve falar de exclusão. Ambos – inclusão e exclusão - são conceitos que operam dentro de uma mesma matriz epistemológica, política e cultural, que de acordo com Lopes (2004, p.10) “estão tão imbricadas que talvez devessem compor uma única palavra ou uma única unidade de sentido ‘inclusão’”.

Também são abordados nesta produção C2014, os seguintes Documentos legais, como uma das condições que possibilitam que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) se constitua como um dos espaços de inclusão de alunos surdos no Ensino Superior: - Resolução nº 011/07, que institui na UFSM, o programa das Ações Afirmativas de inclusão racial e social; - Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino Técnico de Nível Médio; - Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; - Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002; - Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais – TILS.

Percebeu-se que foram diferentes os documentos criados e discutidos para se chegar a essa oficialização que hoje, viabiliza a entrada e permanência dos alunos surdos no Ensino Superior.

Assim, o primeiro documento trata da inclusão social e racial, com o sistema de cotas, que mesmo sendo questionado por muitas pessoas, considera-se um fator que em muito contribui para que a inclusão aconteça.

Já o segundo documento trata do ingresso nas Instituições Federais para estudo do Ensino Médio, Técnico e Superior, contudo esse documento não contempla a reserva de vagas para pessoas com deficiência, pois aborda somente a possibilidade de criação de vagas para outros estudantes, focando como critério de seleção o nível social de renda e escolas públicas como espaço de escolarização.

O terceiro documento trata da Legislação que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, ou seja, um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriundo de comunidade de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002). A existência de um documento que ampare o uso da LIBRAS pelos surdos como um meio de comunicação livre e sendo esta considerada como Língua Materna dessa comunidade, sinaliza um avanço educacional e político, principalmente, quando se fala em inclusão, pois a LIBRAS desobriga a oralização destes sujeitos e ainda assegura-lhes o direito de ter intérprete em sala de aulas comuns.

O Decreto nº 5626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que trata sobre LIBRAS como meio de comunicação da pessoa surda e destaca vários direitos adquiridos como: a LIBRAS ser uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e, que, até o ano de 2015 todos os cursos de Instituições de Ensino Superior deveriam apresentar a disciplina no currículo. É uma pena que nem todas as pessoas tenham a oportunidade de aprenderem a LIBRAS, já que esta é considerada a segunda Língua Oficial no BRASIL. Esse fato inviabiliza a efetivação da inclusão, pois como os sujeitos surdos interagem com profissionais de outras áreas, tais como, médicos, dentistas, farmacêuticos e o comércio em geral se estes não dominam a LIBRAS?

A produção C2014 ressalta que o decreto nº 5626/2005 garante a Acessibilidade Lingüística no processo do vestibular da UFSM, o que facilita o ingresso dos sujeitos surdos no Ensino Superior. Esta é uma estratégia que auxilia a prática da inclusão na universidade desde o primeiro contato do aluno com esta, que é por meio do Vestibular, conforme menciona a produção C2014.

A Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS apresentado pela Produção C2014 requer ao

aluno surdo a presença do TILS em sala de aula. Com vistas ao direito de ter intérprete em sala de aula, houve uma facilitação na escolha pelo aluno surdo pela UFSM como Instituição de Ensino Superior. Assim, considerando a existência de um Intérprete que auxiliará na comunicação com colegas e professores durante as aulas em sala de aula comum. Com isso a UFSM utilizando-se da estratégia lingüística captura, com maior facilidade, alunos surdos para o seu quadro, como instituição inclusiva.

Ainda de acordo com a produção C2014, a UFSM apresenta como estratégia de inclusão a criação do Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência, Altas Habilidades/Superdotação e surdez – Núcleo de Acessibilidade da UFSM foi criado em 2007 pela portaria do Reitor nº 51.345 de 2 de agosto de 2007. Um investimento indispensável onde demonstra a preocupação com a inclusão, pois como realizar a inclusão sem ter condições para tal? Uma Instituição inclusiva precisa se adaptar conforme as demandas bem como as necessidades de seus alunos.

Considerando a Legislação vigente, muitas estratégias de inclusão foram colocadas em prática e, mesmo assim, pensa-se o que significa para o surdo estar incluído na UFSM e como estes vêm a forma de estarem sendo atraídos e conduzidos.

A inclusão parece ser tema vencido em muitos fóruns, porém, para a comunidade surda, ela toma nuances diferenciadas. Há aqueles mais radicais que a negam completamente, aqueles militantes que a olham com estranhamento a partir de experiências já vividas e aqueles que a desejam (LOPES; MENEZES, 2010 p.70).

Contudo, a produção C2014 ainda menciona que há aqueles que percebem a inclusão como um movimento natural. Assim entender que a inclusão está parecendo ser um tanto invisível quando os próprios alunos não se sentem incluídos ou quando se tornam invisíveis, é de pensar que algo está faltando nesse projeto para desabrochar como inclusão significativa e mesmo assim, os surdos são capturados por essas estratégias mesmo sem ter a noção do que é estar em uma Universidade que sabemos, muito bem, que não é fácil para ninguém, quanto mais por aqueles que possuem uma limitação sensorial como é a audição.

A produção C2014 problematiza o processo de governamento do aluno surdo no Ensino superior e sua condução nesse espaço. O governamento diz respeito a um conjunto de ações de poder que é utilizado com objetivo de governar a conduta dos outros (VEIGA-NETO e LOPES, 2007). A partir do entendimento acerca do

governo identifica-se e pensa-se que as políticas públicas criadas para defender os desfavorecidos, não passam de táticas para colocarem em prática uma repressão sutil e dissimulada sobre os indivíduos, imprimindo na população que governam o poder como instrumento repressivo.

Sobre o que dizem as produções a respeito da inclusão de alunos surdos em escolas públicas segue-se apresentando o conhecimento encontrado a esse respeito, porém agora se utilizando a produção B2014 que menciona que a linguagem fabrica o significado daquilo que criamos discursivamente.

Os surdos, como sujeitos dotados de uma Língua própria a partir da experiência visual, são possuidores de uma diferença linguística e cultural e que têm sido continuamente inventados por inúmeros discursos. O que existe então, de fato, é uma real diferença no sistema linguístico do surdo e do ouvinte e que na comunicação pela aquisição da linguagem, e dos modos de socialização acabam sendo ou não interpretadas como deficiência.

A linguagem toma um lugar de produção, afastando-se de uma idéia reducionista de simples comunicação, o surdo é inventado pela sua diferença linguística, sendo produto também da minha invenção, da minha significação sobre eles (PINHEIRO, 2012, p.16).

Assim a linguagem, em relação aluno surdo com os demais alunos ouvintes se limita a trocas de informações básicas e quem vivencia essa experiência de inclusão precisaria conhecer mais, conhecer melhor a surdez e sua contextualidade, de modo a refletir sobre o que têm vivido ao mesmo tempo em que tentar entender a constituição dos sujeitos surdos a partir da investigação dos discursos sobre a surdez e a educação.

A produção B2014 apresenta como pilares importantes para a educação de surdos com a escola inclusiva a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 que destaca que todos os alunos deficientes precisam obrigatoriamente estar incluídos nos espaços escolares regulares; o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, e a Resolução nº 4, de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado.

A obrigatoriedade é um meio legal para garantir o direito que todo o indivíduo tem, de ser participante de tudo o que é comum a todos. Livres de preconceito de

qualquer afirmação contrária a sua liberdade de aprender e estar no mesmo lugar onde quer que seja. Nesse sentido,

a educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, já que pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (<https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>).

Nos últimos anos, tem-se percebido que as Políticas Públicas trazem a inclusão de alunos em Escolas Públicas com persistência e de uma forma inquestionável e necessária para combater a desigualdade. Sendo a escola um lugar comum de todos e para todos, incluindo professores, alunos, direção, as mais diferentes coordenações existentes em âmbito escolar, sejam de práticas pedagógicas ou outras, todos são convocados a estarem preparados para receber e atender a diversidade. Nesse sentido, observa-se que o Estado tem se apoiado no Atendimento Educacional Especializado (AEE), para atender a demanda dos alunos com qualquer tipo de desvio, sendo assim alvo da escola inclusiva.

Por meio de estratégias como a supracitada AEE se pode aludir que toda a população passa a ser responsabilizada quando se fala em inclusão, pois o sistema arquitetado pelo governo não oferece suporte à realidade para que estas possam ser efetivadas com qualidade. Assim, a responsabilidade passa a ser de todos nesse jogo que se diz e se quer inclusivo, porém sem se dar conta que todos assumem um compromisso que é alicerçado pelo discurso político com ações de governo sobre a população.

Aos poucos, vai entendendo-se como e quanto políticas de inclusão escolar pode ser uma ferramenta de governamentalidade ao utilizar-se dos indivíduos como instrumentos de preservação da ordem social e para a manutenção da seguridade da população. As Políticas Neoliberais têm instaurado um novo tipo de gerenciamento nas instituições educacionais, se referindo às necessidades educacionais especiais para atender ao aluno e não as dificuldades que ele apresenta, e assim, respeitar a diversidade. A ação pedagógica neste contexto torna-se um desafio, porque a idéia do neoliberalismo é o controle da população em geral.

Todavia, o interesse deste trabalho é discutir sobre a inclusão de alunos surdos em escolas públicas a partir das três produções acadêmicas do período de 2010 a 2015 e que foram selecionadas por atenderem ao foco deste trabalho.

O que se pode mencionar é que houve um avanço na inclusão dos sujeitos surdos, que passaram ao serem incluídos em escolas públicas, a terem direito de terem Tradutor/intérprete nas salas de aula onde estivessem incluídos. Ao mesmo tempo foi possibilitado, com investimento do governo, que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - fosse adotada como disciplina em diversos cursos do sistema educacional. Assim,

para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/LIBRAS desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, o ensino da Língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa e o ensino da LIBRAS para os demais alunos da escola (MEC/SEESP, 2008, p.11).

Embora os alunos surdos incluídos no ensino comum tenham como primeira Língua a LIBRAS, estes não podem deixar de assistir as aulas onde o predomínio da escrita para todos (surdos e ouvintes) é o Português, mesmo que a comunicação dos surdos seja em LIBRAS e este tenha como apoio o Intérprete de LIBRAS.

Mesmo que o Estado pense na inclusão dos alunos surdos, por meio da linguagem, visto as diferenças entre surdos e ouvintes como forma de comunicação identifica-se que mesmo diante destas diferenças, é preciso compartilhar dos mesmos ensinamentos na mesma sala de aula. Assim, o olhar foi lançado sobre as políticas educacionais na educação e inclusão de surdos, e a escola inclusiva é pensada para efetivar essas práticas, que se não for assim não podem ser chamadas de inclusão onde todos têm os mesmos direitos.

Conforme a produção A2013 e tabela a seguir, nos últimos anos, notam um crescimento na adesão dos alunos surdos pela UFSM.

Tabela 3. Número de Surdos Ingressos no Curso de Graduação na UFSM de 1981 a 2013.

Ano de entrada	Número de surdos	Desistência /transferência
1981	1	0
1983	1	0
2002	1	0
2010	5	2
2011	6	1
2012	8	3
2013	2	0
Total	24	6

Tabela 3: Fonte: Lamb (2013, p.28).

Também consta na produção A2013 que mais três surdos ingressaram na UFSM, porém na pós-graduação em educação. Destes, dois foi no ano de 2011. Destaca-se que esses números se referem apenas aos surdos usuários de LIBRAS que se reconhecem como surdos, ou seja, sujeitos militantes em movimentos surdos e inseridos na comunidade surda.

Sabe-se que a LIBRAS é a primeira Língua Oficial para os surdos e a Língua Português, que é a Língua Oficial no Brasil, passa a ser para esses sujeitos a segunda Língua, sendo esta utilizada na escrita. Isso traz implicações lingüísticas na inclusão de alunos surdos em escolas públicas, porque os professores não dominam essa Língua e o número de Intérpretes é insuficiente diante da demanda de alunos surdos, que acabam se sentindo estrangeiros em seu próprio País, pois são falantes de uma Língua que a maioria das pessoas não compreende e até nem conhecem. Diante do esboço, conclui-se que apesar da Língua LIBRAS ser uma Língua Oficial, ainda é pouco difundida e praticada. Percebe-se também nesse processo que a questão multicultural envolvida língua LIBRAS não está sendo considerada (SKLIAR, 2010).

Dessa forma questiona-se como é possível acontecer aprendizagem quando o aluno e o professor não se entendem. Como ensinar e como aprender se precisa ser usado um processo diferenciado? Isso não está sendo visto com empenho nas

escolas inclusivas para que haja comunicação, em se tratando de Educação de Surdos.

Diante desse estudo vemos que a Educação Bilíngue ainda é o processo que deve ser melhorado e que as propostas de Políticas Públicas precisam mostrar-se mais presentes em todas as situações. Do mesmo modo, precisa ser abordado, como embasamento teórico-político, o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que trata da regulamentação de uma Educação Bilíngue para Surdos, assim como o suporte de uma Educação Inclusiva Bilíngue de qualidade aos alunos surdos no contexto escolar.

É importante ressaltar as reflexões de Sá (2011, p.17) quando diz que "a escola é um direito de todos, mas não a mesma escola, não a mesma proposta, pois a mesma escola não atende às necessidades e especificidades de todos". Nesse sentido, a escola acessível para surdos e ouvintes seria a bilíngüe, porém nota-se que ainda estamos longe de nos organizarmos como espaço inclusivo, pois ainda deixamos muito a desejar em relação às necessidades apresentadas pela comunidade surda.

Na produção A2013 está dito que o acolhimento dos surdos na UFSM ocorre de maneira diferenciada nos diferentes espaços da Instituição e identifica-se o esforço por parte de colegas em aprender alguns sinais, assim como existe o convite aos surdos para a participarem em grupos para realização de trabalhos acadêmicos. Essa interação entre surdos e ouvintes reforça o entendimento que faz da UFSM como um lugar inclusivo, onde todos têm possibilidade de competir e aprender.

Também chama a atenção na produção A2013 a importância de valorizar a Língua de Sinais por ser uma das mais importantes formas que o sujeito surdo tem para conquistar o seu espaço, não só na escola como na sociedade. Esta produção A2013 também aponta a insuficiência de Tradutor/intérprete de LIBRAS nos ambientes acadêmicos como garantia de acesso ao conhecimento para os alunos surdos.

Mediante ao empreendimento realizado pela UFSM em atender, com o seu compromisso de se tornar uma Universidade pioneira no sentido de defender o direito de todas as pessoas com e sem deficiência, trazendo para dentro do estabelecimento de ensino os grupos de excluídos e paralelamente transformando esses sistemas para que se tornar de qualidade para todo o Núcleo de Acessibilidade da UFSM encontra dificuldades em suas ações até mesmo pela falta

de servidores concursados nas áreas de maior demanda como é o caso da Língua LIBRAS.

Garantir o acesso e a acessibilidade é um dos princípios da cidadania. Para os surdos, essa garantia é atendida quando a eles são disponibilizadas as informações por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Assim, a escola ao oferecer o Tradutor/intérprete de LIBRAS, tenta garantir ao aluno surdo o acesso aos conteúdos, sendo obrigatório em todos os níveis e modalidades. Também visa expandir o conhecimento de LIBRAS quando a instituição de ensino oferece cursos desta para alunos ouvintes.

As transformações pelas quais as Universidades já passaram e ainda haverão de passar com o objetivo de atender as necessidades deste grupo diferenciado; que são os surdos, em nossa sociedade em muito contribuíram para que estes deixassem de ser meros espectadores para serem atores de sua própria história, bem como construtores da realidade que almejam vivenciar considerando a sua cultura surda.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou conhecer o que dizem as Produções do PPGE-CE-UFSM sobre a inclusão de alunos surdos em escolas públicas no período de 2010 a 2015, considerando que a prática da inclusão tornou-se uma proposta incentivada, mas as suas implicações são pouco conhecidas.

Nas três produções - foco deste estudo – observou-se a ênfase atribuída à importância da inclusão de alunos com deficiência em escolas comuns, porém questiona-se a prática da inclusão, pois as produções manifestaram que existem dificuldades e desafios. Que são propiciados pela inclusão escolar, sendo estes das mais variadas ordens e que estão relacionados à organização da sociedade. Esta, por sua vez, elege os valores e as prioridades para a implantação das Políticas Públicas. As produções destacam que todos os documentos legais apresentados até o ano de 2015, podem ser entendidos como condições facilitadoras da inclusão de alunos surdos no Ensino Superior, sendo este uma possibilidade e não uma obrigatoriedade, ao contrário da Educação Básica que a Legislação imprime à inclusão um caráter de obrigatoriedade. O conjunto dos Documentos – Resolução nº 011/07 que institui na UFSM o programa das Ações Afirmativas de inclusão racial e social; Lei nº 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e Instituições Federais de Ensino Técnico e de Nível Médio; Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre LIBRAS; o Decreto nº 50626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de Tradutor/ intérprete da LIBRAS-TILS - garantem o direito ao acesso e a permanência dos alunos surdos na Universidade.

É importante ressaltar que o rumo da pesquisa sobre a inclusão de alunos surdos em Escolas Públicas, ficou direcionado à inclusão dos sujeitos surdos no Ensino Superior e, mais especificamente, na UFSM, pelo fato das produções aproveitadas para a realização do estudo (período de 2010 a 2015), apresentar a UFSM como foco de investigação. Assim, reafirma-se que nosso questionamento foi sobre o que dizem estas Produções a esse respeito.

Por meio da realização desta pesquisa foi possível realizar reflexões que contribuíram para a análise das dificuldades e desafios enfrentados pelos incluídos, mas também, ter conhecimento acerca das conquistas dos alunos surdos - incluídos

em escolas públicas e direito a Tradutor/intérprete nas salas de aula, por meio de suas reivindicações e com apoio da Universidade Federal de Santa Maria que oferta a disciplina LIBRAS para além dos Cursos de licenciatura e, também busca efetivar a Legislação por meio da existência no Núcleo de Acessibilidade e das Ações Afirmativas.

Embora existam diferentes estratégias para facilitar a inclusão escolar do aluno surdo, ainda são inúmeros os fatores indesejados e que estão relacionados à inclusão como àqueles que tangem a formação dos professores, as questões de infraestrutura dos ambientes, a carência de recursos humanos disponibilizados afetam o desempenho dos alunos.

A abordagem desses e de outros questionamentos, como a captura dos surdos pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), as estratégias do Estado através das Políticas Públicas que exerce ações de poder e saber aos incluídos, e também a população em geral, exercendo o poder e controlando o risco, acaba por submeter pessoas com deficiência ou não em uma condição de responsabilidade, com discursos de que a inclusão é um bem para todos e, sendo assim, todos são convocados e obrigados a participar do jogo da inclusão repassando a responsabilidade que é do próprio governo à população.

O Estado também se apega ao programa Atendimento Educacional Especializado AEE, como ferramenta indispensável para dar suporte à inclusão nos Estabelecimentos Públicos de Ensino, como uma necessidade indispensável, pois é ali que podem ser encontrados profissionais mais capacitados para atender as necessidades conforme a demanda de alunos.

Este trabalho, também aborda a captura da questão Lingüística pelo Estado reconhecendo a LIBRAS como a primeira Língua dos surdos, respeitando assim sua cultura e a Língua Materna, e sendo a Língua Português considerada a segunda Língua para os surdos, sendo usada para a escrita, não para oralidade.

As Produções, que aqui foram denominadas de A2013; B2014; C2014 trouxeram pareceres variado, isto devido ao ponto de vista de cada uma e, segundo a direção de suas pesquisas, que apontaram dúvidas, mas também esclarecimentos e questionamentos sobre o que realmente é a inclusão. Vindo a contribuir para um interesse maior em nós educadores e também aos educandos surdos ou não, e à sociedade, que se acredita devem remover as barreiras que impedem que a inclusão aconteça de verdade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto; BEYER, Hugo Otto **Inclusão e escolarização múltiplas perspectivas** / organização: Mediação, 2006.

BRASIL. **Decreto 5626/** 22 dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626htm>.

_____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva**. MAC/SEE/SP, 2008.

CASARIN, Melânia de Melo. Atendimento às Necessidades dos alunos com Surdez IN SILUK, Ana Cláudia Pavão(Org). **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

CEZIMBRA-CONRADO, Juliana. **As artes de governar no contexto da educação de surdos**: estratégias de governamento da escola inclusiva. Dissertação – UFSM. 2014.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 4. Ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

GOULARTE, Ravele Bueno. **Acesso e permanência no ensino superior**: estratégias de governamento da conduta de alunos surdos incluídos. Dissertação – UFSM, 2014.

LAMB, Catia Regina Züge. **Universidade Federal de Santa Maria**: um lugar para os surdos. [Dissertação] UFSM, 2013.

LOPES E FABRIS, E. H. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autentica 2013.

LOPES Maura Corsini, DAL'IGNA, Maria Claudia (org). **Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade**. In: In/Exclusão: nas tramas da escola. Canoas: ULBRA, 2007.

LOPES, Maura Corsini. **A Inclusão como ficção moderna**. In; Pedagogia: a revista do curso, São Miguel do Oeste: editora da Unoesc, v3, nº 6, p. 7-20, 2004.

LOPES, Maura C.; Menezes Eliana da Costa P. **inclusão de alunos surdos na escola regular**. Caderno de Educação. Fa E/ PPGE/ UFPeL, Pelotas [36]: 69-90, maio/ agosto 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **A integração de pessoas com deficiência:** Contribuições para uma reflexão sobre o tem. São Paulo: Memnon: Editora SENAC: São Paulo, 1997.

MENEZES, E. C. de, **A máquina escolar na produção de subjetividade para uma sociedade inclusiva.** 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MORIN, E. A cabeça bem feita: **repensar a reforma, reformar o pensamento.** 4. Ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PINHEIRO, D. **Youtube como pedagogia cultural: espaço de produção circulação e consumo de cultura surda.** 80f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

VEIGA-NETO; Alfredo; LOPES Maura. **Inclusão e Governamentalidade.** Educação & Sociedade Campinas, vol. 28, nº 100 – especial, out. 2007, p. 947- 963.